

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Nº 13 - 2021



Número Especial

As Polémicas da História: debates historiográficos e espaço público

Elisa Lopes da Silva

Práticas da História, n.º 13 (2021): 18-28

www.praticasdahistoria.pt

Esta revista é financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P., no âmbito dos projetos UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020, UIDP/04666/2020, UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.

Número Especial

As Polêmicas da História: debates historiográficos e espaço público

Elisa Lopes da Silva*

Por distorcerem argumentos, deformarem críticas, atribuírem culpas ou criarem inimigos, as polêmicas foram famosamente condenadas por Michel Foucault. Ao contrário do diálogo marcado pela elucidação recíproca e a exposição de contradições, em que se apontam raciocínios defeituosos ou postulados diferentes, os textos e momentos polêmicos têm, nesta visão, “efeitos esterilizantes: alguém já viu uma ideia nova surgir em uma polêmica?”. Ainda assim, acrescentou o filósofo francês, “algum dia, quem sabe, uma longa história da polêmica será escrita; da polêmica como figura parasitária na discussão e obstáculo na procura da verdade.”¹ Este número especial da *Práticas da História* visa, não fazer um balanço geral da história das polêmicas, mas começar a resgatar o historial das polêmicas historiográficas, num sentido abrangente, enquanto, simultaneamente, forma de conhecimento e de intervenção pública.

A história foi sempre um campo de batalha, com interpretações antagónicas muitas vezes digladiadas ora na praça pública ora na academia, mau grado a má fama que as polêmicas adquiriam na universidade pós-Maio de 1968 em muitos países do Ocidente europeu e norte-americano.² Nas décadas seguintes, as intervenções polêmicas

* Elisa Lopes da Silva (elisals@fcsb.unl.pt). Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) / Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Av. Forças Armadas, Edifício ISCTE, sala 2W2 1649-026 Lisboa, Portugal.

1 Michel Foucault, “Política da Verdade: Paul Rabinow entrevista Michel Foucault”, in *Antropologia da Razão. Ensaios de Paul Rabinow*, organização e tradução João Guilherme Biehl (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999), 17. [Publicação original: Michel Foucault, “Polemics, Politics and Problematizations. Interview to Paul Rabinow”, May 1984, in *The Foucault Reader*, org. Paul Rabinow (Nova Iorque: Pantheon Books, 1984), 381-390.]

2 Enzo Traverso, *L’histoire comme champs de bataille. Interpréter les violences du XXe siècle* (Paris: La Découverte, 2011).

foram vistas como expressões contrárias ao profissionalismo e discurso civil e ético das humanidades e das ciências sociais institucionalizadas depois da grande época dos intelectuais engajados que marcou os anos 1960.³ Os textos polémicos aparentavam pertencer mais à esfera pública do jornalismo e da política do que aos profissionais do conhecimento objectivo e imparcial, porque técnico ou científico, expresso através do uso de provas incontestadas e argumentações racionais. A malícia, quando não a agressão verbal, a retórica rebuscada e a linguagem solta, a falácia carismática e os ataques ad hominem estabeleceram a polémica ainda como forma de entretenimento duradoura e, assim, uma ameaça à seriedade académica. O divertimento parece assombrar a leitura crítica.⁴ Numa universidade marcada pela distância erudita face às paixões do momento, a polémica passou a ser considerada como o Outro do discurso humanístico.

Não obstante, em países em que as ditaduras e outros regimes políticos de opressão (como o colonialismo) tiveram maior permanência (como nos países da América do Sul, países ibéricos ou países africanos), em que as lutas políticas dos intelectuais continuaram a permear (e a construir) o espaço público democrático e a plena academização dos saberes sociais científicos foi mais recente, as polémicas têm porventura sido vistas com menor desconfiança académica e nunca estiveram totalmente sob suspeita epistémica. A história da história do século XX foi marcada por polémicas que possibilitaram a criação de condições materiais e epistémicas (arquivos conservados, departamentos universitários, novas questões e métodos) para se constituírem e desenvolverem novos objectos de investigação. A polémica em torno da tipologia fascista aplicada ao Estado Novo em Portugal possibilitou a conservação de fontes oficiais do regime; os debates públicos em torno da Guerra Civil de Espanha exponenciaram as investigações de antropologia forense; as polémicas em torno dos legados do colonialismo alargaram o âmbito temático das agendas de financiamento europeias e nacionais. Mais a mais, as cha-

3 Jonathan Crewe, "Can polemic be ethical? A response to Michel Foucault", in *Polemic. Critical and Uncritical*, org. Jane Gallop (Nova Iorque: Routledge, 2004), 135-152.

4 Jane Gallop, "Introduction", in *Polemic. Critical and Uncritical*, org. Jane Gallop (Nova Iorque: Routledge, 2004), 10.

madras «guerras culturais», que se travaram dentro e fora da academia (sobretudo norte-americana e britânica) desde os anos 80 do século XX, resultaram em grande medida de batalhas (ou polémicas) pela criação de novos domínios epistémicos (por exemplo, os estudos de género) e por formas de intervenção e participação públicas (por exemplo, reivindicações feministas), que se fizeram (também), e não sem alguma ironia, sob o signo de Foucault. Já na última década, as polémicas historiográficas parecem ter adquirido uma nova pertinência pública, em particular através da erupção de discursos memoriais, da discussão alargada de comemoracionismos oficiais e outras monumentalizações da história que disputaram a hegemonia da história (disciplinar) no espaço público.

As polémicas têm sido um fenómeno ubíquo da história do conhecimento histórico. Manifestaram-se através de diferentes meios (dos jornais generalistas a revistas especializadas, dos tribunais às redes sociais), usaram diferentes formas de argumentação (dos ataques pessoais virulentos aos argumentos de autoridade ou de utilidade social) e recursos estilísticos (ironia, insulto, sátira), reviram conceitos analíticos (feudalismo ou totalitarismo), discutiram metodologias (da biografia à cliometria) e epistemologias (do marxismo ao pós-modernismo). Expressaram dissensões e tanto deram origem a visões e posições irreconciliáveis como abriram caminho à resolução de conflitos, outrora inultrapassáveis. As intervenções mais assertivas sobre o passado no espaço público recorreram com frequência aos códigos disciplinares da escrita da história, procurando obter a legitimidade (e veracidade) que o seu uso (prova empírica, narração objectiva) confere, mas evitam, ignoram ou desafiam alguns dos seus protocolos (crítica de fontes, referenciação, inserção num estado da arte). As polémicas históricas, que constroem e debatem o passado em função do presente, desafiam ainda o pressuposto disciplinar de que o processo cognitivo sobre o passado implica que este esteja morto e enterrado, introduzindo dúvidas quanto à separação clara entre passado e presente.⁵ Por tudo isto, as polémicas são momentos especiais de reflexão sobre os fundamentos epistémicos

⁵ Sanjay Seth, *Beyond Reason: Postcolonial Theory and the Social Sciences* (Oxford: Oxford University Press, 2021), 91-95.

e procedimentos metodológicos do labor profissional e do papel social do historiador. As polémicas devem, assim, ser consideradas dentro da história dos processos de conhecimento.

Há várias razões para se estudar as polémicas no espaço público. O filósofo Marcelo Dascal aponta a possibilidade de seguir aquilo que poderemos designar de razão operativa, por oposição à racionalidade da razão dita pura. Na sua proposta, os textos polémicos veiculariam a razão apaixonada e parcial, a razão em acção, que podemos estabelecer como oposta à razão hoje dominante dos textos de ciências sociais e das humanidades argumentados, discutidos e consensualizados em longos processos de arbitragem científica. Não se trata de preferir uns a outros, mas tão só explorar o uso da “razão impura” e outras normatividades, descobrindo as formas de argumentação, do que é válido enquanto prova, dos limites da crítica, do que pode ser uma formulação inteligível e entendido enquanto “conhecimento”. Consideradas como forma específica de diálogo – aquele em que há uma interacção confrontacional entre pelo menos duas pessoas –, Dascal criou uma tipologia de polémicas tendo em conta o âmbito do desentendimento, o tipo de conteúdos em disputa, os meios para resolver o desentendimento e os objectivos dos polemistas. Definiu três tipos ideais em relação aos quais as polémicas concretas devem ser classificadas: discussão; disputa; controvérsias.⁶ A análise dos mecanismos utilizados (avaliação do uso da prova para estabelecer a verdade; estratégias que visam impressionar a audiência; argumentos para modificar as crenças da audiência através da persuasão) implica observar as estratégias discursivas e a avaliação sintático-semântica, mas também pragmática, de cada movimento (polémico) concreto na sua estrutura interna, não esquecendo a importância do contexto em que decorre a polémica ou a audiência à qual se dirige o polemista. Esta tipologia avançada pela filosofia analítica, aqui apenas esboçada e que se sucede a outras canónicas (de Aristóteles e de Kant), sugere o vasto potencial interpretativo de tornar as trocas polémicas em objecto de estudo.

⁶ Marcelo Dascal, “Types of polemics and types of polemical moves”, in *Dialogue Analysis*, ed. S. Cmejrkova *et al*, vol. 1 (Tubingen: Niemeyer, 1998), 15-33. Marcelo Dascal abriu caminho para se estudarem polémicas no âmbito dos estudos filosóficos da argumentação e do diálogo, dando início a uma colecção editorial (Controversies), que conta com 16 obras, na editora John Benjamins.

Os textos polémicos são sempre resultado tanto de um modo de ler como de um modo de escrever. Se a intertextualidade é a condição de qualquer texto, os textos polémicos são o epitoma de tal asserção.⁷ É a partir de leitura de outros textos, em que se procuram erros ou provas incriminatórias, que se fazem intervenções polémicas. Estas são, por definição, estabelecidas em resposta directa e oposicional a citações passadas, para tal parafraseando expressões e desdobrando ideias através do uso de códigos, modelos narrativos e outros recursos linguísticos que são redistribuídos num novo texto. O texto polémico constitui também um modo de escrever que, no limite, pode ser estudado enquanto género literário, ou seja, como estrutura discursiva organizada segundo certas regras de composição formal e validação substantiva. Estudar as polémicas historiográficas possibilita assim uma análise da historiografia não só através da teoria ou filosofia da história, mas através da razão apaixonada e da poética da história.

A organização de um número especial da *Práticas da História* dedicado às polémicas historiográficas visou reflectir sobre esses momentos excepcionais de construção, condensação, dissensão e viragem das teorias e práticas da história. Considerámos polémicas historiográficas a exposição e confrontação pública de visões antagónicas sobre o passado que ocorreram, seja num curto espaço de tempo ou arrastando-se ao longo de vários anos, entre especialistas do passado (historiadores, museólogos, arqueólogos e outros), bem como leigos, não só em fóruns académicos, mas também noutros espaços de publicação e intervenção pública. As polémicas historiográficas, aqui entendidas em sentido amplo, versam sobre teorias, temas, períodos, acontecimentos ou sujeitos que dividiram historiadores e outros cultores do saber histórico, expondo diferentes e contrastantes formas de conceptualização do conhecimento. Os artigos e ensaios que publicamos neste número permitem começar a estudar as polémicas historiográficas a partir de debates teóricos (estatuto da história e totalitarismo) e de casos concretos (conflito na Irlanda do Norte e memória pública nos Camarões), da análise do papel da imprensa e das redes sociais (consolidação disciplinar, di-

⁷ Thomas N. Corns, "Introduction", in *The Literature of Controversy: Polemical Strategy from Milton to Junius*, ed. Thomas N. Corns (Londres: Routledge, 1987), 2-3.

vulgação histórica, plataforma de discussão) e das virtudes epistémicas dos historiadores (imparcialidade científica, responsabilidade social).

Os dois artigos que abrem o nosso número especial demonstram como os debates acadêmicos sobre história, nas suas diversas acepções (passado vivido ou área disciplinar), foram frequentemente tidos não só no âmbito de outras áreas epistémicas (da ciência política à filosofia), como extravasaram, a partir destas, a esfera institucional da academia. Foi o caso da polémica que se seguiu à publicação de *As Palavras e as Coisas* (1966), de Michel Foucault, em que se discutiu o estatuto da história, tanto no seu *partis pris* antropológico quanto na sua problemática epistemológica, e de que se ocupa o primeiro artigo. Através da expressão “recusa da história”, Lucas Perdrisat expõe como, no contexto da leitura crítica desta obra entre historiadores e, sobretudo, filósofos, nomeadamente Jean-Paul Sartre, se discutiu um novo horizonte epistemológico para a história a partir do conceito de descontinuidade. Um outro debate teórico, desta feita a partir da filosofia política e da ciência política, propõe uma releitura da longa história de 80 anos da categoria totalitarismo enquanto debate teórico cumulativo. No ensaio de Henrique Varajidás elucidam-se os pressupostos e fundamentos do trabalho dos teóricos clássicos do totalitarismo antes de se cristalizar o diagnóstico negativo sobre a categoria, questionando-se ainda as divergências polémicas pós-II Guerra Mundial e o distanciamento crítico em relação ao alegado cânone teórico, tanto pelos cépticos quanto pelos defensores actuais da categoria. São dois textos que dão conta de como a história é reflectida e discutida para além da sua academização disciplinar, abrindo caminho a divergentes formas de entender a historicidade e conceptualizar o passado na academia. Evidenciam ainda como os debates e as polémicas em torno da história foram frequentemente resultado de uma interacção mútua entre saberes acadêmicos e espaço público.

Neste processo, a imprensa foi não só um palco privilegiado no qual os debates sobre o passado tiveram lugar, como foi um instrumento essencial, com especificidades próprias, na constituição, consolidação e reconfiguração da disciplina da história e do espaço público, de resto em

relações de mútua imbricação. A imprensa, bem como outros meios de comunicação, tem funcionado como espaço de exposição e reformulação de visões conflituais da história, desenvolvendo, importando e exportando técnicas de argumentação e estratégias de legitimação de diferentes áreas disciplinares. Por seu turno, as intervenções públicas que tomam como matéria as interpretações do passado tiveram elas próprias reflexos nos campos de conhecimento academizados. Detendo-se no discurso jornalístico, Cillian MacGrattan analisa de que maneira as narrativas acadêmicas sobre as origens do conflito na Irlanda do Norte foram reproduzidas, retrabalhadas e debatidas no espaço público. O estudo da forma como modelos explicativos – agencial e estruturalista – destas narrativas históricas foram usados em artigos de jornal e na literatura acadêmica permite entender como a política – a ideologia nacionalista e a unionista – foi articulada, no espaço público, através de modelos de explicação historiográfica. Já o artigo de Alfonso Calderón Argelich, dedicado às polémicas na imprensa espanhola (1833-1868), abordou a maneira como “homens de letras”, exprimindo diferentes culturas políticas, argumentaram temas históricos segundo modelos de retórica forense, através de refutações de natureza jurídica e importando uma oratória deliberativa dos debates parlamentares. Procuraram hegemonizar na imprensa diferentes leituras de uma história nacional, durante o momento inicial de consolidação disciplinar da história em Espanha. Este caso mostra como a emergência das virtudes epistémicas dos historiadores, associadas ao estudo imparcial e desapaixonado da história, longe de ser explicada por razões exclusivamente ligadas à crescente cientificidade da história enquanto disciplina, deve ser entendida no contexto político de defesa de uma ordem institucional do liberalismo conservador.

É sabido que o compromisso social e político dos historiadores, bem como os valores sociais, políticos ou morais que devem orientar, ou não, a escrita da história, foram alvo de discussão desde o momento em que a imparcialidade e a objectividade da prática historiográfica e a posição desinteressada do historiador se estabeleceram como norma da disciplina. Não se tem tratado apenas de afirmar que a história (e o historiador) são sempre condicionados a partir do presente, e aquela elaborada a partir

da selecção individual de materiais empíricos, de quadros interpretativos e do financiamento de agendas de investigação, mas de entender como o papel e o posicionamento político, mas também moral, dos historiadores foi sendo afirmado e defendido em função de circunstâncias e urgências contextuais e mesmo enquanto condição para a sua intervenção pública. Este foi um debate periodicamente aberto e que se intensificou em polémicas quando esteve em causa a definição de narrativas nacionais, marcadas pela interpretação de acontecimentos e a eleição de heróis. Se é verdade que a consolidação disciplinar da história se fez através da escrita de narrativas nacionais no século XIX, contribuindo para a afirmação do nacionalismo moderno, não será menos relevante o papel político dos historiadores quando assumiram como seu o dever de desconstruir criticamente identidades culturais e outras formas de essencialismo.

Tal é especialmente relevante para os debates sobre memória que eclodiram com especial vigor no espaço público nas últimas décadas. Mesmo que se considere a escrita da história uma modalidade de representação do passado a par da memória, sem a ela ontologicamente se sobrepor, pode-se defender que a historiografia oferece um modelo epistemológico de discurso crítico, porque aberto a ser continuamente reexaminado, que se pode distanciar da verdade memorial. Nesta linha argumentativa, Brice Molo defende as responsabilidades morais do historiador em relação às memórias colectivas quando analisa os usos e abusos da memória por grupos sociais que polemizam no espaço público – neste caso, incluindo as redes sociais – dos Camarões. Enaltecendo as “virtudes do esquecimento”, Molo procura que seja consensualizada uma narrativa nacional e, através desta, se inicie um processo de reconciliação que se sobreponha e ultrapasse os debates a partir de memórias de violência colonial e pós-colonial. Em contraste, no que se refere a um outro processo de violência, o Holocausto, a afirmação do dever da lembrança e o reconhecimento das memórias individuais deram-se ao mesmo tempo, e foram mesmo constitutivas, da institucionalização da sua história. Neste caso, a narrativa consensualizada sobre este conjunto de acontecimentos, bem como a sua avaliação moral, permitiu que tivesse um papel durante a elaboração da Declaração Universal dos

Direitos Humanos e da Convenção do Genocídio, logo no pós-II Guerra Mundial. Intervindo num debate que se abriu há cerca de 10 anos, Antoon de Baets avalia a extensão e profundidade do papel desempenhado pelo Holocausto nessa institucionalização dos direitos humanos, reenquadrando-o nos debates públicos sobre a história.

A par da memória escrita, outras formas de se relacionar com a história explodiram no espaço público, disputando a representação do passado com os saberes disciplinados. Nos últimos anos, destacaram-se as polémicas cujas intervenções se fizeram através, e em combinação, de diferentes media (textos, pinturas, fotografias, exposições, romances, filmes, videojogos ou estátuas). Deste processo de questionamento e dissensão são exemplo o debate sobre os museus e a constituição e gestão das suas colecções, bem como formas de monumentalização da história (esculturas públicas de heróis nacionais), debates em que pessoas descendentes de grupos sub-representados ou vitimizados na historiografia e memória pública, como descendentes de africanos e outros sujeitos racializados, reivindicaram publicamente outras formas de reconhecimento histórico e historiográfico. O gesto de derrubar estátuas trata de fazer história (em ambos os sentidos, de “passado vivido” e “passado representado”) tanto quanto erigi-las; as imagens coloniais são apropriadas e remontadas em cinema, transmutando-lhe os significados e desvelando outras histórias; os jogos de vídeo representam o passado de modo a que seja sensorialmente experienciado, revendo e desafiando histórias acadêmicas. Alargam-se os intervenientes e os modos de fazer a história, multiplicando os modos da sua apresentação e as plataformas da sua discussão. Foi a pensar em formas transmedia de intervenção polémica que convidámos para publicar neste número especial o exercício paródico de Patrícia Lino, *Anti-Corpo*. Uma paródia do Império Risível, que se insere nestas formas de desestabilização pública em torno de temas históricos. Apropriando-se de imagens e palavras do colonialismo português, Lino remonta-as em ensaios visuais que, através da ironia e do absurdo, procuram destruir a efectividade originária daquelas imagens e textos.

Como habitual, para além dos artigos e ensaios, este número contém outras secções, incluindo uma entrevista à historiadora Joan

Wallach Scott, cujo influente ensaio “Is Gender a Useful Category of Historical Analysis?”, bem como a obra posterior, tiveram o condão de expor exemplarmente como textos historiográficos podem suscitar polémicas tanto académicas quanto políticas, com o benefício de serem consideradas um ponto nodal do vai-e-vem entre espaço público e saberes academizados. A editora da secção de recensões, Inês Nascimento Rodrigues, selecionou ainda três obras em estreita articulação com a temática deste número especial. Rui Bebianco detém-se nos ensaios de Enzo Traverso, recentemente reunidos em livro, que permitem voltar a questionar os vários usos da história a partir dos olhares e interpretações sobre o Holocausto, tema que tem ocupado várias obras do historiador italiano. Por sua vez, os debates historiográficos em torno do estalinismo, mapeados e analisados em livro de autoria de Mark Edele, são discutidos por Rita Lucas Narra, que assinala a variedade dos contextos, protagonistas e interpretações desta área de estudos. A encerrar este número, Fabrice Schurmans recenceia a obra *Politiques de la mémoire*, na qual de Pierre Tevanian, a partir de casos oriundos do contexto francês, discute a noção de conflitos de memória.

Por fim, note-se que, embora fora do âmbito do tema deste número especial, publicamos ainda um ensaio de Rafael Gaune Corradi em torno das relações entre filologia, tradução e a prática do historiador, a partir da obra de Carlo Ginzburg.

*

* *

Todas as revistas académicas devem agradecimentos especiais aos autores dos textos publicados, que submetem a sua investigação a um longo processo de questionamento por outrem. Menos visível é o trabalho dos pareceristas, parte essencial do longo processo de arbitragem científica e ainda sem o reconhecimento autoral devido. Este número especial da *Práticas da História* não só não é excepção neste agradecimento devido mas é especialmente devedor destas contribuições. Os pareceres detalhados e construtivos permitiram um processo de avalia-

ção bem fundamentado dos textos submetidos e uma edição especialmente proveitosa dos textos seleccionados, que se provaram centrais para a edição de um número especial sobre um tema mais discutido do que investigado. Os agradecimentos estendem-se ainda aos revisores linguísticos, que se tornaram especialmente relevantes num número com textos publicados em inglês, francês, português e espanhol, e que possibilitam concretizar a política desta revista em prol de formas de conhecimento multilinguístico. Por fim, este número especial não teria acontecido sem o entusiasmo e a indagação constantes e abundantes do Bruno Peixe Dias.